



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002242-70.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda**
 Requerido: **Amanda Ferrari Rebello Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Servtrônica Segurança Eletrônica S/C Ltda. ajuizou ação contra **Amanda Ferrari Rebello ME** alegando, em síntese, que em janeiro de 2011 firmou contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico com locação de equipamento com a requerida. Ocorre que esta deixou de pagar as mensalidades de setembro de 2015 a janeiro de 2016, totalizando R\$ 696,67. As partes não se compuseram na via extrajudicial, a despeito de notificação. Pede então a condenação da requerida ao pagamento de tal valor, com os ônus de sucumbência. Juntou documentos.

A requerida foi citada e contestou sustentando, em suma, que embora tenha havido inadimplemento, houve suspensão dos serviços no período compreendido entre 10 de setembro de 2015 a 10 de outubro daquele mesmo ano, ou seja, os serviços não foram prestados até janeiro de 2016. Informa que passava por grave dificuldade financeira. Não conseguiu chegar a um acordo, apesar das tratativas por e-mail. Não ofertou exceção de incompetência, embora esteja domiciliada em Itirapina. Diz que o horário de saída e de entrada estava bem flexibilizado, principalmente por ocasião do Natal, contudo, sequer houve uma ligação referente ao serviço de monitoramento nesse período. Pede a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Como a autora não dava suporte, entende que de nada servia o aluguel do equipamento, daí a necessidade de abatimento de 50%. Pede a gratuidade processual. Pleiteia ao final o acolhimento parcial do pedido, para descontar os valores indevidos, "vez que a ré só deve o ínfimo valor referente à locação, em razão da interrupção do monitoramento", com os consectários de praxe. Juntou documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A autora apresentou réplica.

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja vista o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

O pedido deve ser julgado procedente.

A relação contratual entre as partes está positivada pelo contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico com locação do equipamento (fls. 18/23). A requerida, por sua vez, não questiona o valor da mensalidade à época do inadimplemento, ou seja, R\$ 103,95. Também não há controvérsia acerca do inadimplemento a partir de setembro de 2015.

A requerida, entretanto, defende de maneira vaga e imprecisa que, a partir de 10 de setembro de 2015, quando não pagou a mensalidade, os serviços foram suspensos, pelo menos em parte, daí a necessidade de um abatimento na ordem de 50% do valor cobrado pela autora.

Ocorre que o sistema de monitoramento era feito nos termos da cláusula sétima da avença, isto é, a consumidora era monitorada por meio do recebimento de dados originados do equipamento de segurança, pela central de monitoramento da autora, mediante a utilização de linha telefônica, mas isto não quer dizer, obviamente, que toda vez que a cliente acionasse ou desativasse o alarme, a central da autora necessariamente ligaria, de modo a confirmar a prestação do serviço. Ademais, o serviço de monitoramento foi prestado de forma ininterrupta, de acordo com a cláusula décima quarta.

Além disso, o próprio relatório de monitoramento juntado pela contestante comprova que os serviços não deixaram de ser prestados, com utilização contínua da ativação e desativação do alarme até janeiro de 2016. De fato, pelo relatório em questão, não se vê diferença substancial entre o período pré e pós-inadimplemento, isto é, 10 de setembro de 2015, até o início de 2016 (conferir detalhamento de fls. 45/72).

Por fim, concedo à requerida a gratuidade processual, haja vista a declaração



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de hipossuficiência firmada. Além disso, há que se considerar que a empresa passou por dificuldades financeiras, que resultaram no inadimplemento gerador desta ação. Ainda, a empresa é firma individual e está inativa, a comprovar o estado de miserabilidade jurídica.

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para condenar a requerida a pagar à autora R\$ 696,67 (seiscentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), com correção monetária, utilizada a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar do cálculo de fl. 25, e juros de mora, de 1% ao mês, contados da citação. Em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais respectivas e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, cuja execução fica condicionada ao disposto no artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Anote-se a gratuidade processual deferida à requerida.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 21 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**